

## Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX

1. O que aqui se apresenta é apenas uma construção provisória, elaboração liminar de um conjunto de informações que constituem um subproduto de uma investigação realizada sobre a Universidade de Coimbra<sup>1</sup>, cujo objecto principal só indirectamente dizia respeito à temática deste colóquio.

Tendo-me centrado na análise dos mecanismos institucionais, propriamente escolares, de produção da legitimidade social dos diplomados — os bacharéis/bacharéis formados de Coimbra, em particular os de Direito —, tinha previsto uma parte desse trabalho dedicada aos professores, já que eram as figuras formalmente dominantes na instituição, agentes indispensáveis (ainda que não os únicos) dessa produção, bem como, em conjunto, se apresentavam como um grupo social específico, definido pela posse de uma forma determinada de poder.

Não tendo sido, afinal, concretizada essa parte do projecto, ficaram «em depósito» os ficheiros com os dados que se referiam aos professores. Decidi-me, portanto, a apresentá-los aqui como mero ponto de partida de uma análise que posteriormente poderá ser desenvolvida.

Não devo, contudo, deixar de mencionar duas ordens de condições desfavoráveis que limitam o alcance do trabalho na sua presente fase: por um lado, a carência de estudos, quer sobre outras fracções da elite no século XIX em Portugal<sup>2</sup>, quer sobre o grupo dos professores do ensino superior noutras fases históricas da instituição; por outro lado, o estado da minha própria informação, que considero incompleta, em vários sentidos. Com efeito, ela não pode ser tida como satisfatória, nem quanto às variáveis retidas, nem quanto à homogeneidade dos dados para o conjunto dos indivíduos recenseados, nem, finalmente, quanto ao controle rigoroso de toda a informação recolhida.

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Eduarda Cruzeiro, *Action symbolique et formation scolaire. L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la seconde moitié du XIX<sup>e</sup> siècle*, tese de doutoramento, apresentada na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1990.

<sup>2</sup> Neste sentido, a realização do presente colóquio é uma esperança de que tal carência venha, a curto prazo, a reduzir-se.

Por todas estas razões, mais do que avançar resultados seguros no quadro de uma problemática bem definida, poderei, sim, levantar algumas questões e indicar lacunas, o que, em conjunto, se poderá revelar útil para a continuação do trabalho.

2. Antes de entrar na substância desta comunicação, a qual não excede um quadro fundamentalmente sociográfico do grupo dos professores de Coimbra, em particular dos da Faculdade de Direito, gostaria de colocar algumas questões prévias.

Sem querer entrar agora no debate de fundo sobre os conceitos possíveis de *elite*, parece-me necessário, no entanto, indicar a definição mínima que orientou o esboço de análise que apresentarei.

2.1. Em relação a um grupo que, numa aproximação empírica, parece indiscutivelmente constituir uma unidade pertinente de análise, pela comum pertença institucional dos seus membros e por uma delimitação temporal deliberada (esta, sim, questionável), considerar esse grupo como fazendo parte da *elite* supõe, contudo, que se lhe faça a atribuição de uma qualquer forma de poder, no caso o que a autoridade propriamente institucional confere, isto é, o poder de seleccionar, de ratificar e de consagrar uma competência, aquilo que, afinal, constitui o conteúdo das funções manifestas da instituição escolar.

Mas é a própria existência de uma multiplicidade de formas de poder social, e a sua hierarquização, que levanta problemas.

Será que o poder académico, apesar dos seus efeitos sociais inegáveis, não é sobretudo um valor no interior do próprio campo académico, moeda tendendo a sofrer uma desvalorização relativa quando jogada no seu exterior? Dito de outro modo, será que os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX poderão ser vistos como uma *elite*?

A resposta seria *não*, a acreditar de forma imediata e ingénua nas imagens pouco lisonjeiras que muitos dos seus contemporâneos, e bem ilustres alguns deles, fizeram passar à posteridade. Eça de Queirós foi um dos grandes responsáveis pela visão deprimente não só dos lentes de Coimbra, «crasos e crúzios», mas também dos bacharéis que eles formavam, medíocres e mesquinhos, pedantes e ridículos, apesar de ele próprio ser bacharel e de serem bacharéis (entre outras coisas, sem dúvida) 121 dos 219 ministros dos governos que se sucederam sob o regime monárquico constitucional entre 1834 e 1910. Eça sabia-o, e nós não devemos ignorá-lo!

Citando ainda Eça, dizia ele, a propósito dos lentes do seu tempo de Coimbra, o quase indizível: «Em Coimbra [...] os únicos animais superiores e heróicos eramos nós, os estudantes. Os lentes, esses, sempre os considerámos como animais inferiores e, além disso, irracionais<sup>3</sup>.»

---

<sup>3</sup> Eça de Queirós, «Bilhetes de Paris», in *Obras de Eça de Queirós*, Porto, Lello e Irmão, 1966, 3 vols., vol. 3, p. 1347.

Pelo contrário, os lentes viam-se a si próprios como *elite*: mostram-no um sem-número de indícios que sugerem múltiplas estratégias de valorização que os lentes de Coimbra não deixavam facilmente por mãos alheias.

Lutavam e frequentemente obtinham privilégios que constituíam marcas exteriores da sua «grandeza», como foi o caso, em 1817, da «mercê», fixada em pragmática, de «assistirem» os lentes, representantes da Universidade no acto da aclamação de D. João VI, sentando-se nos «degraus destinados aos Tribunais»<sup>4</sup> ou, em 1858, o da autorização para usarem as insígnias doutorais em qualquer solenidade pública. No texto legal que concede esta liberdade, certamente redigido por um dos interessados (como devia acontecer frequentemente), pode ler-se: «Considerando que as insígnias de que, desde longa data, se revestem os lentes da Universidade de Coimbra são incontestavelmente as mais apropriadas ao *caracter respeitavel do primeiro corpo scientifico do paiz e à gravidade do magisterio e da importante missão que elle desempenha na sociedade*; e que devem por isso ser preferidas em todos os actos publicos a quaesquer uniformes e distinctivos, por mais ostentosos que pareçam [...]»<sup>5</sup>.

Também num relatório do Conselho Superior de Instrução Pública (sediado em Coimbra) de 1851 se encontra um caso exemplar, despudorado ou ingénio, de autoconsagração por «entrepota glória» da instituição de que os autores faziam parte:

Entre estes estabelecimentos scientificos [isto é, as outras escolas de ensino superior do país] brilha, como a lua entre os menores astros, o luminoso centro da Universidade; a qual tendo sempre desde a sua instituição, por acertadas reformas, engrandecido cada vez mais o seu lustre, hoje, apesar da pouca serenidade dos tempos, clarêa com mui vivo esplendor<sup>6</sup>.

Mas poder-se-á encontrar expressão mais significativa desse elevado conceito em que os lentes de Coimbra se tinham a si próprios que a frase proferida numa prova pública de doutoramento por um lente de Direito, o qual, dirigindo-se ao doutorando, lhe dizia:

O senhor [...] que senta aí nesse lugar [subentendido, «de candidato a doutor»] e nós que nos sentamos aqui nos doutorais não somos toda a gente<sup>7</sup>?

---

<sup>4</sup> Cit., in T. Braga, *História da Universidade de Coimbra*, Lisboa, por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892-1902, 4 vols., vol. IV, p. 323.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 469, n.º 1.

<sup>6</sup> J. Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871-1893, 18 vols., vol. IX, p. 329.

<sup>7</sup> Campos Lima, *A Questão da Universidade*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907, p. 102.

2.2. Em Coimbra parece fora de dúvida que os lentes ocupavam os topos da hierarquia social local. Pelo menos para o «povo miúdo» eles eram mesmo iguais aos reis, como o ilustra a anedota, tantas vezes referida nas crónicas e nas memórias da Coimbra estudantil oitocentista, da mendiga que, ao agradecer a D. Pedro V a esmola magnífica de uma moeda de ouro, se excede no fervor da sua gratidão, dizendo: «Deus recompense Vossa Majestade, Senhor Doutor!»

De facto, em Coimbra a Universidade dominava, de longa data, geográfica e simbolicamente: alto lugar, alto saber, alto poder.

O facto de pertencer à instituição privilegiada (no sentido mais literal do termo) e dominante conferia, mesmo aos seus membros mais abaixo colocados na hierarquia interna — os estudantes e, de entre estes, os caloiros (e até aos servidores e empregados) —, um estatuto de legítima superioridade, impondo-se aos que, fora dela, se viam reduzidos à qualidade menor de excluídos, «estrangeiros», «futricas». Não eram desde logo, à chegada à Coimbra, os novatos chamados lisonjeiramente «senhores doutores» pelos carregadores e outro semelhante pessoal de serviços?

Por maioria de razão, os doutores, os lentes, esses, equiparavam-se ou sobrepunham-se mesmo ao que de «melhor» (socialmente) havia na cidade.

Reis em Coimbra! Mas na corte, isto é, na capital, não seriam os lentes pobres súbditos não apenas do rei verdadeiro, mas também dos que por ele governavam?

Dominantes num lugar, dominados noutra, ou, dando um salto e dizendo de outro modo, dominantes quanto a uma forma de capital e de poder — o poder e o capital académicos formais —, dominados noutras escalas de poder, não seriam os professores «fracções dominadas das classes dominantes», segundo uma fórmula usada por Pierre Bourdieu?

É certo que os próprios preferem, de um modo geral, inverter posições e alterar o sentido global das hierarquias sociais do poder.

Num romance de espionagem que deu uma excelente série de televisão dizia, a certa altura, uma personagem, um *master* de um colégio de Oxford, para um seu colega: «Sim, é certo, há os que têm o poder de fazer as leis! Mas nós fazemos os que fazem as leis!» Não será esta uma expressão lapidar da sublimação do sentimento desconfortável por se ocupar uma posição inferior, imerecida, dada a autoridade académica possuída, dado esse poder especial capaz de «produzir» aqueles que detêm o poder?

Afinal, parece razoável considerar que é a própria ambivalência do poder académico — autónomo e dependente, dominante e dominado — o que melhor caracteriza essa fracção da *elite* que os professores constituem.

2.3. Outras questões se podem ainda colocar, o que farei de forma muito breve.

Se os professores são uma *elite*, é esta *elite* aberta ou fechada<sup>8</sup>?

O próprio princípio da sua definição formal — a competência, o mérito comprovado, como critério de admissão no grupo —, em condições históricas favoráveis (como o são, aparentemente, os da ideologia da burguesia liberal e da progressiva afirmação do seu poder de classe), impõe-lhe uma forma de constituição e de reprodução *abertas*. Por outro lado, se bem que *elite* aberta, de acordo com o fundamento meritocrático que comanda a reprodução do corpo dos doutores, nas condições históricas que são as da época analisada, o recrutamento estudantil apresenta-se restrito e socialmente limitado.

Bem podia o professor Calisto afirmar aos seus alunos do 1.º ano o princípio do mérito que governaria a admissão e a progressão na vida universitária — «Esta é a instituição primordialmente livre do país: não se pergunta a ninguém de onde vem<sup>9</sup>, só se pergunta aonde vai» —, isso não impedia a existência do nepotismo arcaico patente<sup>10</sup> ou então a acção subterrânea e invisível de um processo escolar de selecção-cooptação imposto pelas condições objectivas do recrutamento inicial, o qual vinha, na maior parte dos casos, legitimar e consagrar o capital cultural e o capital social preexistentes.

Por isso se poderá perguntar: elite aberta ou fechada? Em que sentido, com que limites?

Outra questão ainda: não será também uma característica específica, e significativa, desta fracção da elite o poder próprio de auto-reprodução? Dentro dos limites (sempre relativos) da autarcia institucional, não será total o seu controle sobre a reprodução do corpo que detém o poder e a autoridade institucionais?

Por fim, uma última questão, mais directamente ligada ao contexto histórico particular: se o termo *elite*, no seu sentido original, significava «o melhor da sua espécie», poder-se-á colocar o problema se seriam os lentes de Coimbra os «melhores» (o que envolve, no entanto, uma série de interrogações e de clarificações subsequentes) da sua «espécie», se seriam eles a *elite* dos professores? Não poderá verificar-se na apreensão espontânea e não questionada da sua existência como *elite* o que se pode designar como um *efeito de instituição*, por outras palavras, não se poderia tender a considerá-los como os «melhores» por pertencerem à única instituição universitária então existente?

3. No estado actual da informação com que trabalhei não é possível dar resposta satisfatória a todas estas questões. Darei aqui apenas um breve quadro de resultados preliminares, produto do tratamento inicial de alguns dos dados dos ficheiros que reuni com intenções diversas e bem mais limitadas.

3.1. Essas intenções eram, *grosso modo*, por um lado, estabelecer as condições estatutárias de recrutamento do corpo docente universitário e definir

<sup>9</sup> H. Raposo, *Livro de Horas*, Coimbra, França Amado, 1913, p. 122.

<sup>10</sup> Tantas vezes relatado em crónicas e memórias e atestado em fontes insuspeitas...

perfis de carreira mais frequentes, apontando como hipótese a existência de carreiras típicas de «funcionários» de Estado; por outro, detectar ligações entre o campo académico e outros campos do poder, nomeadamente o poder político.

Assim, foram constituídos três tipos de ficheiro:

- O dos professores da Universidade de Coimbra, por faculdades, incluindo todos os professores que por elas passaram entre 1865 e 1910<sup>11</sup>;
- Dois ficheiros dos professores de duas escolas superiores de Lisboa, a Escola Politécnica (incluindo os seus professores entre 1837 e 1910) e o Instituto Superior de Agronomia (incluindo os seus professores desde 1852 até 1910)<sup>12</sup>;
- Um ficheiro dos membros dos governos que se sucederam entre 1832 e 1910<sup>13</sup>.

3.2. Para o ficheiro dos professores da Universidade de Coimbra foram registadas como dados de base as seguintes informações:

- Naturalidade;
- Idade nos vários momentos do percurso escolar e académico:
  - Primeira inscrição;
  - Obtenção dos vários graus académicos;
  - Primeira nomeação como lente;
  - Promoção a lente catedrático;
  - Eventualmente nomeação como decano;
  - Exoneração ou jubilação.

Parcialmente em comum com as informações constantes dos ficheiros dos professores da Escola Politécnica e do Instituto Superior de Agronomia retiveram-se informações relativas a:

- Formação escolar (sobretudo importante para o caso da Escola Politécnica e do Instituto Superior de Agronomia, já que os professores de Coimbra tinham necessariamente de ter feito a sua formação na Universidade);

---

<sup>11</sup> Dados de base recolhidos nos anuários da Universidade de Coimbra e completados através de outras fontes.

<sup>12</sup> Dados recolhidos em publicações e em memórias históricas relativas às duas instituições.

<sup>13</sup> Dados de base recolhidos em A. M. Pereira, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Doutor Salazar*, Porto, Manuel Barreira Editor, 1959, e completados por diversas outras fontes.

## Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX

- Origens sociais, isto é, informação relativa à profissão ou ocupação, à formação do pai e ou qualquer informação relativa à família, susceptível de indicar, mesmo imprecisamente, a sua localização social;
- Estado civil;
- Cargos desempenhados na instituição escolar;
- Pertença a instituições científicas;
- Desempenho de cargos públicos:

- Em Coimbra (sobretudo importante para os professores da Universidade);
- Na administração central e local (para uns e para outros);

- Cargos políticos (deputado, par do reino, ministro, conselheiro de Estado);
- Condecorações.

Por sua vez, para a constituição do ficheiro dos membros do governo foram retidos os dados relativos a:

- Data e local de nascimento;
- Formação escolar;
- Profissão/ocupação;
- Origem social;
- Cargos políticos;

interessando aqui fundamentalmente a formação escolar (área científica e instituição), bem como a profissão, de forma a tentar estabelecer possíveis relações preferenciais entre certo tipo de formações e profissões (nomeadamente as jurídicas) e a ocupação de cargos políticos relevantes.

3.3. A dimensão dos ficheiros é a que a seguir se indica:

### Dimensões dos ficheiros

Universidade 1865-1910						Escola Politécnica 1837- -1910	ISA 1852- -1910	Ministros 1832- -1910
Total	Teo.	Dir.	Med.	Mat.	Fil. Nat.			
187	30	58	44	26	29	53	27	219

Dado o âmbito bastante largo dos períodos fixados em cada caso, as dimensões dos ficheiros, que cobrem na quase totalidade os universos referenciados, impõem desde já uma observação: no caso das instituições escolares, se é verdade que os lugares dos quadros legais fixados não são muitos, é verdade também que o baixo número de efectivos recenseados reflecte,

por um lado, o não preenchimento recorrentemente verificado de todos esses lugares e, por outro, uma longa permanência, a continuidade, para a maior parte, no corpo docente e, portanto, a relativa estabilidade da carreira académica<sup>14</sup>.

A título de exemplo, apresentam-se a seguir as informações relativas aos quadros legais e aos efectivos preenchimentos em alguns momentos:

Quadros legais e efectivos de pessoal docente

Instituições	Anos											
	1868-1869		1870-1871		1873-1874		1886-1887		1899-1890		1903-1904	
	Quadros legais	Efectivos	Quadros legais	Efectivos	Quadros legais	Efectivos	Quadros legais	Efectivos	Quadros legais	Efectivos	Quadros legais	Efectivos
<i>Total da Universidade</i> ..	92	77	-	-	73	-	75	66	74	65	78	-
Teol. ....	14	12	-	-	11	-	11	9	11	10	12	-
Dir. ....	27	22	-	-	21	-	21	20	21	21	22	-
Med. ....	21	19	-	-	17	-	18	17	18	15	18	-
Mat. ....	16	12	-	-	13	-	14	10	13	10	13	-
Fil. Nat. ....	14	12	-	-	11	-	11	10	11	9	13	-
E. P. ....	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I. S. A. ....	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F. Med. Lisboa ....	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E. Med. Porto	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Como pode ver-se, no conjunto, os professores constituem pequenos grupos, sem dúvida estruturados por diferenciais distribuições internas de poder, cujas mediações e determinações são múltiplas, sendo as principais provavelmente, por um lado, a instituição a que pertencem — o que permite opor, globalmente e formalmente, os professores da Universidade aos das outras escolas superiores e, no interior da Universidade, os das diferentes faculdades —, por outro, a antiguidade no corpo, o que estatutariamente lhes confere o acesso (em sucessão) à qualidade de decano, director da instituição, no caso particular das faculdades universitárias.

De forma mais difusa, mas não menos efectiva, as estruturas dos «poderes» de que individualmente era possível dispor (e que, colectivamente, poderiam permitir hierarquizar as diferentes instituições) remetem para a análise

<sup>14</sup> No caso dos ministros, o número não muito elevado dos que passaram pelos 66 governos que se sucederam entre 1832 e 1910 revela, não a estabilidade política (em certas fases, antes o seu contrário), mas a alta rotatividade de um grupo restrito de «ministeriáveis». O volume relativamente reduzido de todos estes ficheiros sugere, de passagem, um pequeno comentário de método: a necessidade de usar na análise de casos semelhantes uma multiplicidade de técnicas, não apenas a análise extensiva de base estatística, mas também o estudo de casos, a análise biográfica, etc.



das formas de capital mais ou menos variadas — capital político, capital cultural, capital social — em que esse capital académico pudesse ser reconvertido.

3.4. Com os dados reunidos sobre os professores de Direito, cujo ficheiro pude explorar um pouco mais, pode tentar fazer-se o ponto sobre as características mais salientes no conjunto.

Na segunda metade do século XIX o lente de Direito de Coimbra:

- É natural de Coimbra, de Viseu, da Guarda ou de Braga;
- A idade com que entrou na Universidade é bastante variável: 36,2 % entraram com idade igual ou inferior a 16 anos, mas 42,6 % entraram com 19 anos ou mais;
- Assim, também a idade com que entrou no corpo docente é muito flutuante, podendo, no entanto, dizer-se que, no conjunto, as idades tendem a baixar a partir dos anos 1870 e sobretudo para o fim do século, passando de um intervalo entre 26 e 30 anos para um intervalo entre 23 e 25 anos;
- Da primeira entrada no corpo docente à nomeação como lente catedrático decorrem, em média, entre seis e dez anos, mas nos inícios do século XX o prazo diminui para três anos, chegando, nalguns casos, a menos de um ano;
- Faz entre vinte e cinco e trinta e cinco anos de serviço;
- Jubila-se à roda dos 60 anos.

Deste conjunto de características de carreira extrai-se, sumariamente, uma imagem, incompleta e insuficiente, sem dúvida, mas apontando, a traços grossos, para a definição burocrática de uma carreira de funcionários.

Outras fontes, nomeadamente os discursos oficiais da abertura solene dos anos lectivos, dão-nos, em contraponto, nas figuras de retórica utilizadas, auto-imagens mais gloriosas: por elas se vê que os lentes se identificavam com as ordens mais prestigiadas da sociedade medieval, onde eles, implicitamente, faziam recuar as origens da sua nobreza académica: ou são «sacerdotes» que guardam o «fogo sagrado do saber» no «Templo de Minerva»; ou são «guerreiros incansáveis» das «pugnas científicas», «incruentas», que se desenrolam no interior do «Alcaçar da Ciência».

Entre a representação do «burocrata» que apressadamente se pode constituir e as do «guerreiro» e do «sacerdote» não há neste momento que escolher: de umas e de outras se poderá, no entanto, alimentar um trabalho mais fundo de reconstrução de uma imagem mais precisa e mais próxima da realidade histórica onde todas encontram as suas razões de ser.